



PARANAPANEMA

PARANAPANEMA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021 os principais focos da Companhia foram o de assegurar a saúde dos funcionários próprios e terceiros em função do impacto da pandemia da Covid-19, a gestão de caixa através da eficiência em capital de giro, redução das despesas e a renegociação das dívidas com os principais credores da empresa. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu as negociações com os credores e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repectando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US\$ 479 milhões até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% foi reclassificado para o passivo de longo prazo, melhorando a posição do endividamento no balanço da companhia. Em relação à Covid-19, a administração continua tomando todas as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da pandemia sob a coordenação de sua equipe médica. A empresa registrou uma Receita Líquida de R\$ 4.715 bilhões em 2021, um crescimento de 10% em relação ao ano de 2020, resultante do aumento do preço do cobre no mercado internacional. A receita de cobre primário foi de R\$ 1,489 bilhão em 2021, representando 32% sobre as receitas totais, proporcionando um giro mais rápido dos estoques, contribuindo para a melhoria do ciclo de conversão de caixa, que foi o foco da companhia em 2021. No 4T20 o Fluxo de Caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 15,0 milhões, um aumento de R\$ 10,0 milhões em relação ao mesmo período de 2020 como resultado de suas ações para ganho de eficiência na gestão do capital de giro, influenciado pela otimização na gestão dos estoques. Em relação à redução de custos e despesas, a despeito do cenário inflacionário de 2021 a companhia manteve seus custos fixos e ociosidade nos mesmos níveis do ano anterior, com destaque para a redução de custos ocorrida no 4T21, que representou uma economia de 8% em relação ao 4T20. Em 2021 a empresa apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 801,1 milhões, fortemente impactado pelos efeitos da variação cambial sobre a dívida e outras posições de balanço em dólar, depreciação e amortização, encargos financeiros, ajustes relacionados à reestruturação da dívida conforme IFRS 9 (CPAC 48) e demais pontos, que foram superados pelo excedente líquido de R\$ 1,2 bilhões. Os efeitos do resultado, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado no período de R\$ 78,0 milhões. Neste contexto, vale ressaltar que todas as vendas da Companhia usam a moeda norte americana como referência na composição do preço, o que naturalmente traz uma proteção para referida variação cambial.

DESEMPENHO ECONÔMICO

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Receita Líquida	1.457.080	1.038.837	-29%	4.293.474	4.714.962	10%
Cobre Primário	134.513	165.153	23%	828.188	1.489.392	80%
% das Receitas	9,2%	15,9%	6,7 p.p.	19,3%	31,6%	12,3 p.p.
Produtos de Cobre	1.160.389	751.134	-35%	2.827.709	2.675.462	-5%
% das Receitas	79,6%	72,2%	-7,3 p.p.	65,9%	56,7%	-9,0 p.p.
Vergalhões, Fios e Laminados	816.637	521.305	-36%	1.966.680	1.925.341	-2%
Barras/Perfis/Arames/ laminados/ Tubos/Conexões	343.752	229.829	-33%	861.029	750.121	-13%
Coprodutos	162.178	122.551	-24%	637.577	550.107	-14%
% das Receitas	11,1%	11,8%	0,7 p.p.	14,8%	11,7%	-3,2 p.p.
Receita Líquida Total	1.457.080	1.038.837	-29%	4.293.474	4.714.962	10%
Mercado Interno [%]	55,1%	46,3%	-8,8 p.p.	45,1%	36,3%	-8,9 p.p.
Mercado Externo [%]	44,6%	50,4%	5,7 p.p.	54,1%	61,2%	7,1 p.p.
Transformação [%]	0,3%	3,4%	3,1 p.p.	0,8%	2,6%	1,8 p.p.

A Receita Líquida Total do 4T21 teve redução de 29% quando comparada com o 4T20 em função da redução do volume de vendas do período. No ano a companhia obteve R\$ 4,715 bilhões, 10% acima na comparação com 2020. A Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do *Other Comprehensive Income - "OCI"* (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito não monetário da variação cambial de R\$ 215 diferida por conta de ajustes na Contabilidade de hedge que impactou negativamente a Receita da Companhia em R\$ 17,9 milhões no 4T21 e R\$ 43,1 milhões no ano de 2021.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T20	4T21	Δ %	2020	2021	Δ %
Receita Líquida	1.457.080	1.038.837	-29%	4.293.474	4.714.962	10%
CPV Total	(1.386.474)	(1.000.570)	-28%	(4.164.987)	(4.721.342)	-13%
(-) Custo do Metal	(1.244.632)	(906.209)	-27%	(3.721.674)	(4.309.205)	-16%
(-) Custo de Transformação	(141.842)	(94.361)	-33%	(443.313)	(412.137)	7%
CPV Total/tonelada vendida ¹	42,0	50,2	20%	37,4	48,7	30%
Custo do Metal/tonelada vendida ¹	37,7	45,5	21%	33,5	44,4	33%
Custo de Transformação/tonelada vendida	4,3	4,7	10%	4,0	4,3	7%
Lucro Bruto	70.606	38.267	-46%	128.487	(6.380)	-105%
% das Receitas	4,8%	3,7%	-1,2 p.p.	3,0%	-0,1%	-3,1 p.p.
Lucro Bruto Ajustado (LME e Dólar no Estoque)	39.805	38.681	-3%	200.892	123.793	-38%
% das Receitas	2,7%	3,7%	1,0 p.p.	4,7%	2,6%	-2,1 p.p.
Prêmio	212.448	132.628	-38%	571.800	405.757	-29%
Prêmio/Receita Líquida [%]	14,6%	12,8%	-1,8 p.p.	13,3%	8,6%	-4,7 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	6,4	6,7	3%	5,1	4,2	-19%

O Lucro Bruto Ajustado foi de R\$ 38,7 milhões no 4T21 e R\$ 123,8 milhões em 2021. O Lucro Bruto ajustado elimina os efeitos da Contabilidade de hedge utilizada para atualizar o valor dos estoques ao valor presente de LME e Dólar e

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	05	26.592	137.153	40.115	138.761
Aplicações financeiras	05	16.332	29.433	29.433	29.433
Contas a receber de clientes	06	109.075	341.689	108.995	341.622
Estoques	07	716.479	1.096.926	716.479	1.096.926
Impostos e contribuições a recuperar	08	166.123	85.505	168.118	87.379
Outros ativos circulantes	09	22.258	106.976	22.286	107.082
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.439	38.150	5.439	38.150
Despesas antecipadas	10	10.765	13.863	10.765	13.864
Total do ativo circulante	10	977.553	1.122.094	977.553	1.122.094
Ativos mantidos para venda		977.553	112.094	977.553	112.094
Aplicações financeiras	05	4.321	13.459	4.321	13.459
Impostos e contribuições a recuperar	08	560.961	693.674	617.369	693.674
Depósitos de demandas judiciais	09.2	37.271	35.455	37.271	35.455
Outros ativos não circulantes	09.1	8.807	11.654	8.807	11.654
Despesas antecipadas		678.847	851.794	735.853	851.534
Direito de uso de Ativo	15	11.398	14.582	11.398	14.582
Investimentos	11	60.317	15.096	-	-
Outros investimentos		2.513	2.513	2.513	2.513
Ativo imobilizado	12	1.124.484	1.124.483	1.124.483	1.190.201
Ativo intangível	12	6.119	7.573	6.119	7.573
Total do ativo não circulante	12	1.204.831	1.229.367	1.144.333	1.212.669
Total do ativo		1.981.231	2.193.255	1.977.919	2.178.497

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Operadores	13	135.001	462.394	135.001	462.394
Fornecedores com forfating e cartas de crédito	14	169.863	228.995	169.863	228.995
Arrendamento mercantil	15	9.196	9.416	9.196	9.416
Empréstimos e financiamentos	16	615.758	2.866.323	615.758	2.866.323
Instrumentos financeiros derivativos	28	7.308	242.937	7.308	242.937
Salários e encargos sociais	17	43.920	41.873	43.920	41.898
Impostos e contribuições a recolher	18	11.560	18.689	11.560	18.726
Dividendos a pagar	20	152	152	152	152
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	103.735	59.184	103.851	59.299
Outros passivos circulantes	20	32.552	47.069	32.722	35.916
Total do passivo circulante	20	1.129.125	3.977.032	1.129.456	3.966.056
Fornecedores	13	1.947	2.920	1.947	2.920
Arrendamento mercantil	15	2.392	5.789	2.392	5.789
Empréstimos e financiamentos	16	2.634.945	22.878	2.634.945	22.878
Provisão para demandas judiciais	19	199.267	189.826	199.267	189.826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.2	40.644	42.835	52.467	42.835
Provisão para patrimônio líquido negativo	11	-	260	-	260
Total do passivo não circulante	26.2	2.879.195	264.508	2.891.018	264.248
Capital social	21.a	4.008.320	4.241.540	4.020.474	4.230.304
Debêntures conversíveis em ação	21.b	2.069.566	2.069.566	2.069.566	2.069.566
Custo de Capitalização		25.787	25.787	25.787	25.787
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	(652.999)	(692.101)	(652.999)	(692.101)
Operações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(2.390.264)	(1.595.726)	(2.390.264)	(1.595.726)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(954.026)	(198.590)	(954.026)	(198.590)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		3.054.294	4.042.950	3.066.448	4.031.714

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
		2021	2020						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(742.151)	(725.690)	621.396	621.396
Instrumentos financeiros líquidos de tributos	21.h	-	-	-	-	-	41.346	41.346	41.346
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	272	272	272
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	(10.701)	(10.701)	(10.701)
Imposto s/realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	(2.672)	(2.672)	(2.672)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	33.589	41.618	41.618
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(861.604)	(861.604)	(861.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(742.151)	(692.101)	(198.590)	(198.590)
Instrumentos financeiros líquidos de tributos	21.h	-	-	-	-	-	45.497	45.497	45.497
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	172	172	172
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	8.756	(8.756)	(8.756)
Imposto s/realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	-	(2.189)	2.189	2.189
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	39.102	45.669	45.669
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(801.105)	(801.105)	(801.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.069.566	25.787	(5.375)	(741)	(2.390.264)	(652.999)	(954.026)	(954.026)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	4.962.788	4.680.104	5.161.401	4.751.804
Provisão de perda estimada de crédito liquidação duvidosa	108	(627)	108	(574)
Outras receitas	25.776	27.485	76.283	28.210
Insusos adquiridos de terceiros (Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)	(4.514.085)	(4.042.286)	(4.712.695)	(4.121.894)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(482.033)	(604.731)	(482.433)	(605.405)
Materiais, energia e outros insumos	(7.444)	(159.945)	42.644	(152.076)
Retenções	(141.196)	(154.836)	(141.196)	(154.899)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

01. CONTEXTO OPERACIONAL

Paranapanema S.A. ("Paranapanema", "Controladora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d'Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC. As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento "Novo Mercado" desde 2012, sob o código PNAAM3. A Companhia e suas controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados de cobre, na área de metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e seminamanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas mantendo-se o pressuposto de continuidade operacional baseado em um plano de negócios que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, incluindo o repasse da dívida financeira da Companhia, bem como otimização da capacidade instalada diluindo os custos fixos e otimizando a geração de caixa, redução do ciclo de conversão de caixa visando a controlar a necessidade de capital de giro e a redução de custos e despesas para alcançar a rentabilidade esperada no exercício 2022. A Administração acredita que o plano de negócios apresentado seja adequado, dentro de premissas razoáveis para a sua concretização. O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral. Após o processo de reestruturação concluído em 2017 e a abertura de não ter tomado nenhuma linha de crédito adicional relevante, a Companhia continua gerando caixa. A Companhia promoveu desde o primeiro trimestre de 2020, uma nova negociação com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento. Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu as negociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repectando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US\$479.151 mil até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% (US\$426.519 mil) foi classificado para o passivo não circulante e 11% (US\$52.632 mil) continua classificado no passivo circulante, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16. Além das garantias obtidas pela Companhia na reestruturação de dívidas e otimizando a geração de caixa, redução do ciclo

Table with columns for 2021 and 2020, detailing financial metrics for CDP-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda and Carabiá Incorporated Ltd.

02. BASE DE PREPARAÇÃO

A) Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)...

03. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo...

04. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A) Base de consolidação - I. Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade...

Uma vez classificadas como mantidas para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados. B) Benefícios a empregados - I. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado...

Edificações 25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos 3-30 anos
Veículos 5 anos
Móveis e utensílios 5-10 anos
Software 5 anos

Ativos intangíveis - I. Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável...

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável...

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: A Companhia reconhece os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado em três categorias: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com ajustes para o efeito de crédito; e (iii) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito...

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangentes: São ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com ajustes para o efeito de crédito: São ativos financeiros mensurados ao custo amortizado com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito e com ajustes para o efeito de crédito...

05. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Table with columns for Notas, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Caixa e bancos, Aplicações financeiras, etc.

Caixa e bancos 17.327 106.752 28.747 108.360
Aplicações financeiras (a) 9.265 30.401 11.368 30.401
Caixa e equivalentes de caixa 26.592 137.153 40.115 138.761

06. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Table with columns for Notas, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Clientes no país, Clientes no exterior.

Clientes no país: 100.244 165.792 101.356 166.902
Terceiros
Partes Relacionadas (b) 81 67 - -
Perda estimada do valor recuperável (51.133) (52.039) (52.244) (53.149)

Table with columns for Notas, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Clientes no exterior, Ativo circulante.

Ativo circulante: 109.075 341.689 108.995 341.622
A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

Table with columns for Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Clientes no país, Clientes no exterior.

Vencidas até 30 dias 693 4.361 693 4.325
Vencidas de 31 a 60 dias 152 94 152 94
Vencidas de 61 a 90 dias 352 - 352 -

Total a receber 1.097.075 341.689 1.088.995 341.622
Ajuste de preço (a) 10.334 28.230 10.334 28.230

a) O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos contratados nas vendas de lama anódica e revert (material recuperado dentro do processo metalúrgico que são reprocessados, para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das commodities. A Companhia está exposta ao risco de crédito em razão do recebimento da venda realizada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, a Companhia possui normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas. Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros.

07. ESTOQUES

Table with columns for Controladora/Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Matérias-primas, Produtos em processo, etc.

Estoque mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de Contabilidade de hedge de estoques (vide Nota 26.8.3), as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da taxa de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela disponibilidade de instrumentos de hedge cambial marcados a mercado pela taxa de câmbio do fechamento do mês, dentro do programa de Contabilidade de hedge de valor justo do estoque.

08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Table with columns for Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Excluído ICMS base cálculo COFINS, Excluído ICMS base cálculo PIS, etc.

Excluído ICMS base cálculo COFINS (a) 55.655 410.187 25.121 494.542
Excluído ICMS base cálculo PIS (a) 12.083 89.054 5.454 107.368
Imposto s/circulação de mercad. e serv-ICMS (b) 57.972 40.000 37.388 83.800

A Administração estima que a projeção dos resultados tributários futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários, classificados no ativo não circulante, no prazo de até 6 (seis) anos. Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

09. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Table with columns for Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Precatórios municipais, Precatórios federais, etc.

Precatórios municipais (a) - 5.366 - 6.258
Precatórios federais (a) - 5.366 - 6.258
Recuperação plano coletivo BrasíliaPrev (b) 1.588 - 1.834 - -
Depósitos chamada de margem (c) 13.978 - 100.058 - -

Table with columns for Controladora, Consolidado, 2021, 2020, 2021, 2020, showing financial data for Precatórios municipais, Precatórios federais, etc.

a) Refere-se a diversos precatórios contra os Municípios de São Paulo, Santa Maria, Manaus, bem como precatórios e créditos em face da União Federal a serem recebidos a partir de 2021. Durante o ano de 2021 a Companhia recebeu o total de R\$24.648 referente ao pagamento de um dos Precatórios da Prefeitura de Manaus (2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus/AM). A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$43.666 (31 de dezembro de 2020 R\$55.191). Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente. b) Refere-se a conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasíliaPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 31. No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras. c) A linha "Depósitos chamada de margem" refere-se a valores que são depositados junto a Brokers de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos Brokers e, em decorrência dos

continuação

volumes contratados e das variações das commodities (cobre / zinco / estanho / chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (London Metal Exchange), este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada, ocorre a chamada de margem. A redução ocorreu porque houve diminuição da necessidade de contratação de hedge de metal. O Referê-se a adiantamentos a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais. e) Constituição de provisão de perda estimada de valor recuperável referente a precatórios municipais.

09.2 Depósitos de demandas judiciais

	2021	2020
Trabalhista	9.349	9.672
Tributário	25.433	23.341
Previdenciário	1.073	1.046
Cíveis	827	827
Outros	589	569

Ativo não circulante

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecem em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

10. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$97.553 em 31 de dezembro de 2021 (R\$112.094 em 31 de dezembro de 2020), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisão de perdas, os quais são inferiores aos valores esperados de realização que de acordo com laudo de avaliação elaborado em 2019 cujo valor justo de R\$359.660, não tendo alteração relevante até o momento. Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes, e estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. A Companhia está buscando a monetização dos bens com a contratação de serviços especializados de avaliação de mercado dos imóveis citados e negociações com interessados nestes imóveis, sendo pautado pelos respectivos valores das avaliações de mercado. **Garantias:** A Companhia ofereceu imóveis não operacionais no valor contábil total de R\$91.638, em garantia de processos junto a instituições financeiras e penhoras judiciais conforme quadro abaixo:

Garantia	Imóvel	Valor Contábil	Valor Justo
Hipoteca - BNB	Capuava	67.000	152.887
Ação CS	Quatujá	9.860	135.020
Ação CSL	Camargá	7.460	37.941
Acordo Global	Serra da Cantareira	266	1.541
Acordo Global	Diadema	2.538	6.917
Acordo Global	Santa Cruz de Cabralia	1.617	1.617
Acordo Global	Camargá	2.897	13.626
Total Garantia		91.638	349.583

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

11. INVESTIMENTOS, PARTES RELACIONADAS E OUTROS

11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2021

	CDCP - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.		CINC - Carabi Parailubna Agropec. Ltda.		Total
	Parapananema Netherland B.V.	Internacional	Parailubna	Agropec.	
Informações financeiras resumidas					
Ativo circulante	13.342	724	1.480	-	15.546
Ativo não circulante	56.408	-	-	598	57.006
Total do ativo	69.750	724	1.480	598	72.552
Passivo circulante	411	-	-	-	411
Passivo não circulante	11.824	-	-	-	11.824
Patrimônio líquido	57.155	724	1.480	598	60.317
Total do passivo e do patrimônio líquido	69.750	724	1.480	598	72.552
Despesas/Receitas Operacionais	50.152	(649)	(158)	-	49.345
Resultado Antes do Resultado Financeiro	50.152	(649)	(158)	-	49.345
Impostos e Tributos	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	6.233	1.578	(20)	-	7.791
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.385	929	(178)	-	57.136
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(11.824)	(3)	-	-	(11.827)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	44.561	926	(178)	-	45.309
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.954	(260)	1.544	598	14.836
Ativo não-circulante	12.954	-	-	598	13.552
Passivo não-circulante	-	(260)	-	-	(260)
Provisão PL negativo	-	(431)	-	-	(431)
Variação cambial de investimento no exterior	44.561	58	114	-	45.233
Equivalência patrimonial	-	1.357	(178)	-	1.179
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.515	724	1.480	598	60.317
Ativo não-circulante	57.515	-	-	598	58.417
a) Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas - a) Controladas:					
CDCP - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	2021	2020			
Contas a receber de clientes	81	67			
Passivo circulante	81	67			
Outros passivos circulantes	-	11.374			
Resultado					
Vendas de mercadorias e serviços	-	128.618			
Compras de mercadorias e serviços	-	(14.266)			
Parapananema Netherland B.V.	2021	2020			
Ativo circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	260			
b) Outras partes relacionadas	-	-			
Caixa Econômica Federal	2021	2020			
Passivo circulante					
Emprestimos e Financiamentos	336.312	306.048			
11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros: A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas. a) Caixa Econômica Federal: Linhas de crédito, no montante de até R\$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), administrada com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$33.312 (US\$60.266 mil a taxa de 5,5805), R\$306.048 em 31 de dezembro de 2020 (US\$58.892 mil a taxa de 5,1967). b) CDCP - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.: Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDCP, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes. A Controladora e a controlada tem contrato de prestação de serviço na gestão de recursos de caixa, gestão de recebíveis e de contas a pagar, entre outras atividades correntes. Esse contrato não transfere a titularidade dos recursos. 11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal: A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPFC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.					

11.2 Saldos e transações da empresa controladora com controladas e outras partes relacionadas - a) Controladas:

CDCP - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.

Ativo circulante

Contas a receber de clientes

Passivo circulante

Outros passivos circulantes

Resultado

Vendas de mercadorias e serviços

Compras de mercadorias e serviços

Parapananema Netherland B.V.

Ativo circulante

Adiantamento para futuro aumento de capital

b) Outras partes relacionadas

Caixa Econômica Federal

Passivo circulante

Emprestimos e Financiamentos

11.3 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros: A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas. a) Caixa Econômica Federal: Linhas de crédito, no montante de até R\$370.000, junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), administrada com participação equivalente a 16,18% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC), com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$33.312 (US\$60.266 mil a taxa de 5,5805), R\$306.048 em 31 de dezembro de 2020 (US\$58.892 mil a taxa de 5,1967). b) CDCP - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.: Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDCP, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes. A Controladora e a controlada tem contrato de prestação de serviço na gestão de recursos de caixa, gestão de recebíveis e de contas a pagar, entre outras atividades correntes. Esse contrato não transfere a titularidade dos recursos. 11.4 Honorários da Administração e do Conselho Fiscal: A Companhia considerou como "Pessoal Chave da Administração", conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPFC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2021			2020		
	Nota Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Nota Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Salário ou pró-labore	2.617	1.913	463	4.993	2.632	1.934
Benefícios	569	-	569	524	-	524
Encargos sociais	524	383	93	1.000	526	387
Remuneração fixa	3.710	2.296	556	6.562	3.682	484
Benefício pós emprego	9	-	9	39	-	39
Outros	225	-	225	252	-	252
Outras Remunerações	234	-	234	291	-	291
Honorários da administração	3.944	2.296	556	6.796	3.973	2.321
Bônus (ICP)	32	2.107	-	2.107	1.570	-
Encargos sociais	-	420	-	420	314	-
Remuneração Variável	32	2.527	-	2.527	1.884	-
Valor Total da remuneração	6.471	2.296	556	9.323	5.857	2.321
Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.						

12.1. Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$165.226 (R\$106.228 em 31 de dezembro de 2020), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução. Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa. 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (impairment): Em atendimento às exigências do IAS 36/CPFC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados e emitiu laudo de avaliação no 3º trimestre de 2019. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. 12.3. Imobilizado oferecido em garantia: A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, garantia de empréstimos no processo de refinanciamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$545.229 (R\$591.291 em 31 de dezembro de 2020), de valor contábil do imobilizado, e R\$1.289.845, de valor justo obtido através de laudo de avaliação elaborado em 2019, não tendo alteração relevante até o momento:

	2021		2020	
	Adições	Transfe- rências	Provisão de perdas	Transf. para ativo não-circulante
IMOBILIZADO				
Terenos	119.685	-	-	-
Aterro Industrial	25%	6.511	-	(5.418)
Benefitorias	5%	511	-	(187)
Edificações	3%	197.533	-	(11.561)
Instalações	16%	31.546	-	(3.277)
Máquinas e equipamentos	9%	663.236	(91)	(120.118)
Móveis e Utensílios	8%	55.149	(6)	(7.307)
Veículos	20%	84	-	(46)
Imobilizado em andamento	106.228	90.475	(8.038)	(23.439)
Peças Sobressalentes	9.120	663	-	89
Total Imobilizado	1.189.603	91.138	(8.135)	(89)
INTANGÍVEL				
ERP/Softwares	20%	7.573	-	297
Total Intangível	7.573	-	-	297
Consolidado				
2021	2020			
Áreas Industriais	146.484	154.884		
Áreas comerciais	1.681	3.357		
Áreas gerais e administrativas	1.500	4.242		
Total de depreciação e amortização	149.665	162.483		
12.1. Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$165.226 (R\$106.228 em 31 de dezembro de 2020), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução. Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa. 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (impairment): Em atendimento às exigências do IAS 36/CPFC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados e emitiu laudo de avaliação no 3º trimestre de 2019. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. 12.3. Imobilizado oferecido em garantia: A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, garantia de empréstimos no processo de refinanciamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$545.229 (R\$591.291 em 31 de dezembro de 2020), de valor contábil do imobilizado, e R\$1.289.845, de valor justo obtido através de laudo de avaliação elaborado em 2019, não tendo alteração relevante até o momento:				

	2021		2020	
	Adições	Transfe- rências	Provisão de perdas	Transf. para ativo não-circulante
IMOBILIZADO				
Terenos	120.283	-	-	(598)
Aterro Industrial	25%	6.511	-	(5.418)
Benefitorias	5%	511	-	(187)
Edificações	3%	197.533	-	(11.561)
Instalações	16%	31.546	-	(3.277)
Máquinas e equipamentos	9%	663.236	(91)	(120.118)
Móveis e Utensílios	8%	55.149	(6)	(7.307)
Veículos	20%	84	-	(46)
Imobilizado em andamento	106.228	90.475	(8.038)	(23.439)
Peças Sobressalentes	9.120	663	-	89
Total Imobilizado	1.190.201	91.138	(8.135)	(89)
INTANGÍVEL				
ERP/Softwares	20%	7.573	-	297
Total Intangível	7.573	-	-	297
Consolidado				
2021	2020			
Áreas Industriais	146.484	154.884		
Áreas comerciais	1.681	3.357		
Áreas gerais e administrativas	1.500	4.242		
Total de depreciação e amortização	149.665	162.483		

12.1. Imobilizado em andamento: Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$165.226 (R\$106.228 em 31 de dezembro de 2020), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução. Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa. 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (impairment): Em atendimento às exigências do IAS 36/CPFC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou inventário físico de seus ativos imobilizados e emitiu laudo de avaliação no 3º trimestre de 2019. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. 12.3. Imobilizado oferecido em garantia: A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, garantia de empréstimos no processo de refinanciamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$545.229 (R\$591.291 em 31 de dezembro de 2020), de valor contábil do imobilizado, e R\$1.289.845, de valor justo obtido através de laudo de avaliação elaborado em 2019, não tendo alteração relevante até o momento:

Garantias de Processos	Valor Contábil	Valor Justo
Tributária	8.394	73.128
Tributária	25.894	73.128
Jurisdicção - CSL	42.331	48.899
Total Garantias	76.619	195.085
Garantias de Empréstimos		
FNE	199.352	292.271
Total (anterior a reestruturação)	199.352	292.271
Hipoteca no closing	118.793	203.562
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Dias D'ávila	90.244	510.418
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Utanga	59.809	144.700
Penhor (Pós-Reperfilamento) - Serra	112	185.271
Sub-total (Hipotécaes/Penhoras reperfilamento)	269.258	859.293
Total Garantia de Empréstimos	468.610	1.151.564
Total Garantia	545.229	1.289.845

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021</	

continuado

procedente em primeira e segunda instâncias (TJSP), determinando a anulação da decisão proferida pelo Tribunal Arbitral. Após recursos especiais pela Parapananema e pelo BTG Pactual, o Superior Tribunal de Justiça (o "STJ"), em 18 de setembro de 2018, manteve o acórdão do TJSP tal qual como proferido, ratificando a anulação da 1ª Arbitragem. A decisão do STJ transiuiu em julgado em novembro de 2018. No início de 2015, após o acórdão do TJSP mencionado acima, o Santander requereu a instauração de novo procedimento arbitral perante a CAM-CBC. A nova arbitragem foi instituída, passando a tramitar sob o nº 02/2015/SEC1 (a "2ª Arbitragem"). Deste procedimento arbitral sob partes Santander e BTG Pactual como requerentes, e a Companhia como requerida. Este novo procedimento buscava discutir a mesma matéria da 1ª Arbitragem. Em 24 de março de 2021, no mérito, o Santander foi condenado a pagar o valor atualizado de aproximadamente R\$ 13,8 milhões à Companhia. Em março de 2019, o BTG Pactual ajuizou Ação Anulatória em relação à 2ª Arbitragem. A ação corre em segredo de justiça perante a 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central de São Paulo/SP. Em agosto de 2020, a ação foi julgada improcedente, sendo que em novembro de 2021 o BTG Pactual requereu a desistência do seu recurso de apelação. O pedido foi homologado e atualmente aguarda-se remessa dos autos a origem.

20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos a pagar	152	152	152	152
Provisão despesas meio-ambiente	(e)	5.359	5.161	5.359
Créditos de clientes	(f)	1.475	1.09	1.01
Passivos relacionados a contratos de clientes	(d)	103.735	59.184	103.851
Serviços e honorários advocatícios	(e)	9.328	7.643	9.328
Partes Relacionadas	(f)	-	11.374	-
Provisões diversas	(f)	9.838	10.041	9.846
Comissões sobre vendas	(f)	5.524	10.985	5.660
Outros	(f)	1.226	1.358	1.226
Passivo circulante		136.439	106.405	136.725

Dividendos a pagar
Passivos relacionados a contratos de clientes
Outros passivos circulantes

a) Saldo remanescente a pagar de dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 2015, ajustado pela constituição da reserva legal, contemplando a atualização monetária do montante com base no IGP-M, conforme Nota 21k. b) Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Parapananema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência da Ilha de Maré. c) Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação. d) Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes (materiais provenientes de exportação) onde o preço de venda final é posteriormente ajustado pelo volume, teor metálico ou qualidade verificada pelo cliente. e) Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre êxito em processos disputados contra a Companhia. f) Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridas no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.065.599.147,56 (Dois bilhões, seiscentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e 1 novênica e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e quarenta e nove ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

		%	2021
Caixa Econômica Federal		16,18	7.022.106
Mineração Buitramá S.A.		13,19	5.726.805
Cargill Financial Services Internac, Inc		8,75	3.798.867
IGP Investimentos S.A. - Socopa Soc. Corretora Paulista S.A.		6,04	2.640.000
Glencore International Investments Ltd		5,73	2.488.687
Bonsucx Holding S.A.		5,71	2.477.074
Asções em Tesouraria		0,00	1.441
Mercado		44,39	19.266.269
Quantidade de Ações			43.403.849

b) **Debêntures conversíveis em ações:** O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriedade conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriedade conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quinquenária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019 e as debêntures da 2ª série venceram em 01 de setembro de 2021. A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. Em 20 de agosto de 2021, foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures da 2ª série para 01 de setembro de 2023. As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R\$249.402 em 2017, R\$5.956 em 2018 e R\$78.858 em 2019. As debêntures da 2ª Série poderão ser convertidas em ações a qualquer momento, sendo que, ao final de seu prazo de vencimento a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória. Em 31 de dezembro de 2021 o total de debêntures convertidas em ações totalizaram R\$334.217, e o saldo a ser convertido é R\$25.787. **O Capital social autorizado:** A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Parapananema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei. d) **Direitos das ações:** As titulares de ações da legislação acionária brasileira, devendo ser pagas no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declaradas pela Assembleia Geral. Detêm o direito de voto das ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, qual se encontra totalmente subscrito e integralizado. Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de contrato tenham sido negociadas (tag along de 100%). e) **Reserva legal:** A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas aprovem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social. f) **Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2021, é de R\$15 (R\$14 em 31 de dezembro de 2020). g) **Reserva de incentivos fiscais:** A Parapananema beneficiária até 2027 nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional - MIN Nº 283 de 04/07/2013 ("Regulamento"), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital. De acordo com o artigo 11 do Regulamento, "o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social". Assim, se constituiu uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não trazia pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia. h) **Ajustes de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos, usados como hedge de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento futuro no resultado, junto com o efeito do item **hedged** quando ambos forem liquidados (conforme Nota 28). • Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior. • O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão dos impostos e contribuições diferidos, que foram registrados por ocasião da contabilização do custo atribuído. Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Recicla	NDF	Custo Metal x	Outras	Reserva de	Var. camb.	Invest.	Total
	exportação	receita	Futuro Bolsa	Dividas	reavaliação	exterior		
	ACC/PPE	de vendas	Futuro Bolsa	Dividas	reavaliação	exterior		

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(431.110)	(69.206)	365	(424.584)	198.265	580	(725.690)	
Movimentação Saldo em 31 de dezembro de 2020	(81)	(41.265)	-	-	(8.029)	272	33.589	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(431.110)	(27.941)	446	(424.584)	190.236	852	(692.101)	
Movimentação Saldo em 31 de dezembro de 2021	(408.807)	(2.802)	-	(426.083)	183.669	1.024	(652.999)	

i) **Valor de mercado das ações da Companhia:** O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2021 a R\$448.796 (R\$435.341 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021, um patrimônio líquido negativo de R\$954.026 (R\$198.590 negativo em 31 de dezembro de 2020), sendo o valor patrimonial das ações de R\$1.291.98 (R\$1.458 em 31 de dezembro de 2020). **o Lucro (Prejuízo) por ação:** O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação.

	2021	2020
Prejuízo básico por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(801.105)	(861.604)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Prejuízo básico por ação - ordinária	(19,68126)	(21,16758)
Prejuízo diluído por ação - ordinária		
Prejuízo do exercício	(801.105)	(861.604)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	40.703.950	40.703.950
Debêntures conversível	875.120	875.120
Média ponderada de ações ordinárias para o prejuízo diluído por ação	41.579.070	41.579.070
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(19,26703)	(20,72206)

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras. **h) Destinação do Lucro:** O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizada pela legislação societária. **i) Exposição dos Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") de Acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017, aprovou, por unanimidade, a renovação da postergação do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 ("AGO 2016"). O pagamento dos referidos dividendos foi efetuado em 30 de dezembro de 2019, contemplando a atualização monetária com base no IGP-M a partir de 24 de junho de 2016 até a efetiva quitação.

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

a) **Abertura da receita líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recicla bruta de vendas	5.046.122	4.731.387	5.244.737	4.803.088
Mercado interno	2.220.919	2.427.810	2.220.919	2.419.380
Mercado externo	(140.575)	(134.483)	(134.483)	(134.965)
Impostos e Deduções de Vendas	(529.773)	(510.016)	(529.775)	(509.614)
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	(26.813)	(38.883)	(26.813)	(38.883)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	(199.463)	(249.835)	(199.463)	(249.335)
Incentivo Fiscal ICMS - Desenvolve	(i)	-	-	74.994
Programa de integração social - PIS	(31.004)	(32.629)	(31.004)	(32.537)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	(142.805)	(150.291)	(142.805)	(149.868)
Demais deduções sobre vendas	(129.888)	(113.372)	(129.888)	(113.985)
Recicla líquida de vendas	4.516.349	4.221.371	4.714.962	4.293.474
Recicla Líquida MI	1.788.797	1.984.905	1.788.797	1.976.877
Recicla Líquida ME	2.727.552	2.236.466	2.926.165	2.316.597
Recicla Líquida M	4.516.349	4.221.371	4.714.962	4.293.474

(i). A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. Em agosto de 2016, pelo Decreto nº 16.970 foi regulamentada a Lei n 13.564, estabelecendo que a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros que resultem em redução do valor de ICMS a ser pago fica condicionada ao pagamento, pelo respectivo beneficiário, do valor correspondente a 10% do benefício ou incentivo, destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

b) **Informações geográficas - receita bruta de clientes no Exterior:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
América	1.004.399	1.078.129	1.004.399	1.078.129
Europa	1.617.237	916.100	1.815.890	996.231
Ásia	(292.567)	309.344	292.567	309.344
Total	2.825.203	2.303.577	3.023.816	2.383.708

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino foi a China.

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo do Metal	(4.110.594)	(3.652.213)	(4.309.206)	(3.721.675)
Personal e Benefícios	(222.471)	(214.054)	(222.797)	(215.071)
Depreciação	(141.196)	(154.836)	(141.196)	(154.899)
Amortização direito de uso de ativo	(11.550)	(11.849)	(11.550)	(11.933)
Imposto de Importação - ICMS/Comb. e Lubrificantes	(140.575)	(134.483)	(134.483)	(134.965)
Manutenção	(52.233)	(56.133)	(52.233)	(56.145)
Estoque de insumos utilizados	(56.430)	(37.177)	(56.436)	(36.146)
Aluguéis	(11.394)	(11.297)	(11.394)	(11.724)
Assuntos instít. e legais	(19.789)	(18.626)	(19.776)	(18.666)
Informática e telecomunicação	(9.406)	(9.640)	(9.406)	(9.659)
Outras despesas	(310)	(16.253)	(310)	(16.811)
Despesas de viagem	(310)	(646)	(310)	(657)
Vendas e marketing	(283)	(2.631)	(268)	(2.661)
Ociosidade	(a)	252.585	207.370	252.585
Total	(4.994.732)	(4.190.913)	(4.794.522)	(4.261.347)
Custo dos produtos vendidos	(4.522.729)	(4.096.519)	(4.721.342)	(4.164.987)
Despesas comerciais	(116.88)	(121.655)	(116.88)	(122.626)
Despesas gerais e administrativas	(67.835)	(72.739)	(69.018)	(73.734)
Total	(4.742.452)	(4.190.913)	(4.794.522)	(4.261.347)

a) A ociosidade significativa decorre principalmente pelo menor volume de produção em função das das restrições de liquidez, retração do mercado diante do cenário da COVID-19 e das paradas extraordinárias de manutenção nas unidades.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recuperações de impostos	8.036	-	8.036	-
Exclusão ICMS base de cálculo PIS/COFINS	08.a)	-	50.506	-
Recicla de venda de energia	11.378	12.403	11.378	12.403
Recuperações diversas	260	673	260	1.545
Vendas diversas	6.655	1.873	6.655	1.873
Venda de direitos creditórios - Precatório - TLI	-	22.815	-	22.815
Recebimento de Precatório - Outros	-	517	-	517
Locação de imóveis e equiptos.	3.951	311	3.951	311
Lucros e Dividendos	-	34	-	34
Vendas de ativo imobilizado	-	109	-	160
Ganho no recebimento processo arbitral	b)	14.466	14.466	-
Outras receitas	1.362	2.405	1.367	2.405
Total de outras receitas	46.108	41.140	96.619	42.063
Ociosidade	23	(252.585)	(252.585)	(207.370)
Provisão para demandas judiciais	19	(13.254)	(13.254)	(9.268)
Indenizações trabalhistas	(11,472)	(6,084)	(11,472)	(6,089)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(5,310)	(6,084)	(5,311)	(6,268)
Provisão para Ativos mantidos para venda	10	(14,977)	(14,977)	-
PL negativo de controlada	(4,31)	(9)	-	-
Provisão de Honorários de Exito	(8,130)	(3,835)	(8,130)	(3,835)
Custo ativo imobilizado baixado	(8,135)	(5,63)	(8,135)	(7,37)
Multas por auto de infração	(3,803)	(6,853)	(3,808)	(6,857)
Multas por atrasos parcela dívida	9,246	(9,246)	9,246	(9,246)
Custo das vendas diversas	(12,199)	(13,091)	(12,199)	(13,091)
Baixa de créditos de impostos - Reintegra	-	(16,963)	-	(16,963)
Outras perdas estimadas	(2,189)	(1,137)	(2,189)	(1,137)
Multa Contratual	-	(7,968)	-	(7,968)
Contribuições e doações	(95)	-	(95)	-
Outras despesas	(2,239)	(2,240)	(2,247)	(2,762)
Total de outras despesas	(323,707)	(290,131)	(323,290)	(290,272)
Total de outras receitas, líquidos	(277,599)	(248,991)	(226,671)	(248,212)

a) Receita de venda de energia elétrica exercido, não utilizada na produção. b) Valor referente a decisão final do procedimento arbitral de nº. 02/2015, administrado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, envolvendo o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e a Companhia. (Nota 19.2 c)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Variação cambial	a)	(391.165)	(852.301)	(391.165)
Instrumentos financeiros derivativos	(41.320)	(22.406)		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Paranapanema S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paranapanema S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paranapanema S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranapanema S.A. e da Paranapanema S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

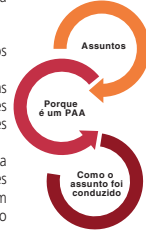
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reestruturação de dívidas situação econômico-financeira</p> <p>Conforme Notas 1 e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 40.927 mil no balanço consolidado, bem como patrimônio líquido negativo de R\$ 857.452 mil.</p> <p>Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu as renegociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), repactuado o pagamento das dívidas financeiras no montante de principal e de juros de US\$ 521.097 milhões até o final do ano de 2028.</p> <p>Determinamos este assunto como principal assunto de auditoria devido aos seguintes principais aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os valores envolvidos na renegociação são significativos; • Os cálculos realizados com base nos novos termos contratuais para definir se o novo acordo é substancialmente diferente do anterior, nos termos do CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) são complexos e os potenciais impactos contábeis são significativos; • O acompanhamento da renegociação, a leitura de documentos relacionados ao tema e reuniões com os responsáveis pela governança foram assuntos que demandaram atenção e envolvimento constante ao longo do ano; e • Análise da projeção de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, preparada pela administração, a qual contém premissas significativas e julgamentos críticos. 	<p>Nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão com a administração e com os órgãos de governança; • Envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros na avaliação da documentação suporte da operação, do tratamento contábil adotado pela Companhia para registro e do recálculo e remensuração dos valores envolvidos na transação com base nos novos termos contratuais; • Entendimento do processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções de fluxos de caixa, bem como a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração. Também comparamos as estimativas efetuadas pela administração com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação de projeções para os próximos 12 meses. • Avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) e condições suspensivas; • Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.</p>

Porque é um PAA

Impostos a recuperar

Conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 créditos de PIS e COFINS relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos tributos decorrentes de processos no montante de R\$ 623.387 mil. Adicionalmente, também conforme descrito na Nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2021 saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no montante de R\$ 97.972 mil os quais referem-se, substancialmente, aos créditos gerados em suas operações na unidade de Santo André - SP.

Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função das estimativas utilizadas pela Administração serem baseadas em premissas e julgamentos críticos, notadamente em relação ao período em que os créditos tributários serão realizados.

Processos judiciais e contingências

Conforme descrito na nota 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam provisões no montante de R\$ 199.267 mil relacionadas a processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda foi classificada como provável.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes relevantes divulgados no montante total de R\$ 1.595.788 mil, com destaque para as ações sobre o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o segundo procedimento arbitral em andamento advindo de Contrato de Abertura de Crédito com determinadas instituições financeiras.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação.

Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os prognósticos de perda, valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são partes envolvidas. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Diante do exposto, esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Entendimento da metodologia e pressupostos chave utilizados na elaboração do plano estratégico para a realização desses créditos por meio de indagações aos responsáveis da área tributária.
- Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos recálculo dos estudos técnicos utilizados pelo Grupo e avaliamos a adequação dos estudos de realização e da apresentação dos saldos entre ativo circulante e não circulante.
- Comparamos as estimativas efetuadas pela administração com os resultados efetivamente realizados de forma a analisar a assertividade da administração na preparação das projeções/análise retrospectiva das estimativas da administração realizadas no exercício.
- Avaliação das premissas significativas utilizadas nas projeções, bem como teste das principais premissas utilizadas pela Administração através da comparação dos dados históricos e informações disponíveis de mercado, revisão da acurácia matemática das projeções e avaliação da consistência dos principais componentes das projeções com as metodologias de apuração dos tributos de acordo com a legislação atual.
- Discussão com a administração e com os órgãos de governança sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências. Com o apoio de especialistas na área tributária e cível, conforme apropriado, efetuamos leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por assessores jurídicos internos e externos à Companhia.
- Obtivemos confirmação externa dos processos, valores e classificações de risco de perda, junto aos advogados que patrocinam os processos, bem como dados e informações históricas disponíveis.
- Para os processos de maior relevância, obtivemos opiniões de outros assessores jurídicos externos com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotados pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, incluindo a classificação desse tema como estimativa contábil crítica em virtude das incertezas envolvidas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0